



**João Mangabeira e o Livro “Rui, o Estadista da República” (1943-1945): o contexto, as ideias e a recepção da obra**

João Mangabeira and the Book “Rui, the Statesman of the Republic” (1943-1945): the context, ideas and reception of the work

João Mangabeira y el libro “Rui, el Estadista de la República” (1943-1945): contexto, ideas y recepción de la obra

**Herbert Gler Mendes dos Anjos**

Doutor em História pela UFMG

Docente da Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF)

[herbertglermendes@gmail.com](mailto:herbertglermendes@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-6188-1305>

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir a publicação do livro “Rui, o Estadista da República” de autoria do político e jurista João Mangabeira. Publicado em dezembro de 1943, o livro pode ser considerado como um marco político-intelectual de revalorização do liberalismo político e da figura de Rui Barbosa na conjuntura marcada pelo início da crise do Estado Novo e pelo avanço dos aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Para compreender o processo de produção do livro e o seu significado intelectual e político, apresentamos uma síntese da relação entre João Mangabeira e o simbolismo de Rui Barbosa desde a Primeira República, um breve panorama histórico do contexto em que a obra foi gestada, as representações e ideias construídas por João Mangabeira sobre Rui Barbosa e a recepção que o livro obteve nos meios intelectuais da época.

**Palavras-chave:** João Mangabeira; Rui Barbosa, Estado Novo, Liberalismo.

## Abstract

This article aims to discuss the publication of the book “Rui, o Estadista da República” (Rui, the Statesman of the Republic) by politician and constitutionalist João Mangabeira. Published in 1943, the book can be considered a political-intellectual milestone in the revaluation of political liberalism and the figure of Rui Barbosa in the context marked by the beginning of the Estado Novo crisis and the advance of the Allies during the Second World War. In order to understand the process of producing the book and its intellectual and political significance, we present the relationship between João Mangabeira and Rui Barbosa symbolism since the First Republic, a brief historical overview of the context in which the work was conceived, the representations and ideas constructed by João Mangabeira about Rui Barbosa and the reception that the book received in the intellectual circles of the time.

**Keywords:** João Mangabeira; Rui Barbosa; New State; Liberalism.

## Resumen

Este artículo analiza la publicación del libro “Rui, el Estadista de la República” del político y jurista João Mangabeira. Publicado en diciembre de 1943, el libro puede considerarse un hito político-intelectual en la revalorización del liberalismo político y la figura de Rui Barbosa en el contexto marcado por el inicio de la crisis del Estado Novo y el avance de los aliados durante la Segunda Guerra Mundial. Para comprender el proceso de producción del libro y su significado intelectual y político, presentamos un resumen de la relación entre João Mangabeira y el simbolismo de Rui Barbosa desde la Primera República, un breve recorrido histórico del contexto en el que se concibió la obra, las representaciones e ideas que João Mangabeira construyó sobre Rui Barbosa y la recepción que tuvo en los círculos intelectuales de la época.

**Palabras clave:** João Mangabeira; Rui Barbosa, Nuevo Estado, Liberalismo.

## 1. João Mangabeira e a construção do Mito de Rui Barbosa

O político e constitucionalista João Mangabeira<sup>1</sup> nunca escondeu sua devoção à Rui Barbosa e ao seu legado. Não somente não escondeu, como, em realidade, fez questão de cultuar publicamente a memória e o mito de Rui e de se afirmar seguidor de seu exemplo, de suas ideias e de suas ações. Nesse sentido, não foi à toa que Mangabeira morou justamente na Avenida Rui Barbosa durante sua longa residência no Rio de Janeiro<sup>2</sup> ou que tenha patrocinado a construção de estátuas e monumentos retratando a figura de Rui, bem como proferido várias conferências e palestras sempre realçando a proeminência política e intelectual do antigo senador republicano. A veneração em relação ao “mestre” era tal que não é de se estranhar que Mangabeira tenha chegado a ponto de ter sido reconhecido, pelas elites políticas e intelectuais brasileiras, como um dos principais discípulos do Águia de Haia<sup>3</sup> – senão o principal - durante praticamente toda a sua vida.

Esse processo de veneração e mitificação não foi exclusivamente realizado por João Mangabeira. Na Bahia do início do século XX, já existia um verdadeiro culto à Rui Barbosa que o elevava ao patamar de “maior gênio da raça latina”, de “maior luzeiro do país” e de “símbolo incontestado da baianidade”. Toda uma geração de

---

<sup>1</sup> João Mangabeira (1880-1964) foi um político e jurista brasileiro. Nascido na Bahia e formado em Direito na Faculdade Livre de Direito de Salvador, iniciou sua carreira política como deputado estadual e intendente de Ilhéus em 1906. Foi inúmeras vezes deputado federal tanto na Primeira República (1889-1930) quanto durante a Era Vargas (1934-1937) e na República Liberal-Democrática (1945-1964). Participou ativamente da Subcomissão do Itamaraty, destinada a discutir as linhas mestras da Constituição de 1934. Foi opositor do avanço do autoritarismo varguista entre 1935 e 1937, sendo preso acusado de colaboração com o comunismo no momento posterior ao levante comunista de 1935. Foi fundador da UDN em 1945, da Esquerda Democrática (ED) no mesmo ano e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1947, além candidato à presidência da República em 1950. Na década de 1960, foi Ministro de Minas e Energia e da Justiça dos governos parlamentarista e presidencialista de João Goulart. Faleceu de causas naturais em abril de 1964. Para mais informações sobre o personagem, consultar: Anjos, H. G. M. *Entre o Liberalismo Político e o Socialismo Democrático: Uma Biografia Política de João Mangabeira (1880-1964)*. Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta. 2024. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

<sup>2</sup> "Votam Os Candidatos à Presidência da República", *O Globo*, 04/10/1950, p.4; "Está Fora de Perigo o Casal João Mangabeira", *O Globo*, 17/06/1957, p.12.

<sup>3</sup> Rui Barbosa recebeu o cognome de "Águia de Haia" do Barão do Rio Branco, que era o Ministro das Relações Exteriores, na época da 2ª Conferência Internacional da Paz em 1907. A participação de Rui Barbosa nessa Conferência foi um dos pontos altos de sua carreira, garantindo-lhe a reputação de defensor das pequenas nações, ao defender a soberania e a igualdade jurídica entre os Estados, e de grande figura pública brasileira com projeção internacional no início do século XX. Para mais informações, ver: <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/rui-barbosa/aguia-de-haia>. Acesso em: 14/10/2024.

políticos e intelectuais baianos teceu loas à Rui, encarado como a expressão máxima da “altivez, da cultura e dos ideais de civilização da Bahia”. Afinal, se a Bahia, segundo a visão de suas elites políticas e intelectuais, era a “Atenas brasileira”, isto é, um celeiro da melhor estirpe de poetas, oradores e políticos desde tempos imperiais, Rui Barbosa, por suas reconhecidas qualidades e predicados, seria o “perfeito cidadão ateniense” do período republicano, ainda mais em um contexto que a Bahia já não tinha mais o mesmo peso político de outrora dentro da federação (Leite, 2005, p. 139)<sup>4</sup>.

Assim, podemos dizer que João Mangabeira foi um dos protagonistas do processo de mitificação de Rui Barbosa, isto é, do processo de construção de uma narrativa legendária do senador baiano (Girardet, 1987, p. 12). E ele o fez buscando se legitimar, frente ao cenário político e intelectual brasileiro, como um dos herdeiros do ruísmo e de todo o simbolismo que envolveu essa figura, marcado não somente, mas principalmente, pelas ideias de democracia, liberalismo e estado de direito.

A associação pública entre João Mangabeira e o simbolismo de Rui Barbosa, iniciada desde a campanha civilista<sup>5</sup>, ganhou especial relevância em momentos como o funeral do político baiano, ocorrido em 4 de março de 1923. Se uma das principais intenções da cerimônia fúnebre era imortalizar a figura de Rui Barbosa (Gonçalves, 2000, p. 141), podemos dizer que Mangabeira cumpriu bem essa tarefa ao proferir um discurso emocionante e até mesmo melodramático em que afirmava a glória do “mestre solar” e sua imortalidade, a ser consagrada através da continuidade de sua obra política por seus discípulos e de sua sobrevivência no imaginário nacional:

---

<sup>4</sup> Na verdade, o nome de Rui Barbosa e a áurea mítica que o cercava excederam em muito as fronteiras da Bahia. Devido à sua profícua trajetória, marcada pela participação decisiva na criação das primeiras instituições da República e nos debates relativos à Constituição de 1891, pela participação no famoso Congresso de Haia, pelo exercício da presidência na Academia Brasileira de Letras e no Instituto dos Advogados do Brasil e por suas campanhas políticas e derrotas eleitorais, com destaque para a campanha civilista de 1910,<sup>4</sup> seu nome se espalhou por todo o país, a ponto de Rui ter se tornado um símbolo cívico e heroico ainda em vida, não somente da República, mas também da própria nacionalidade brasileira, transformando-se em representante de um conjunto de referências e valores necessários para legitimar as instituições e a realidade política daquele contexto (Silva, 2012, p. 5).

<sup>5</sup> O então deputado federal João Mangabeira foi um dos principais organizadores e entusiastas da Campanha Civilista (1909-1910) tanto na Bahia quanto na Câmara dos Deputados. Para mais informações, consultar: Anjos, H. G. M. *Entre o Liberalismo Político e o Socialismo Democrático: Uma Biografia Política de João Mangabeira (1880-1964)*. Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta. 2024. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

“E eu, um dos que mais te amei, eu, por ti dos mais queridos, aperto contra a mão o coração dilacerado, sufoco na garganta o gemido de agonia, esmago nos olhos as lágrimas de dor e não tenho uma voz sequer de fraqueza, transação ou covardia! (...) Como nós te vemos, não é nas trevas da noite característica da morte. Não! É no apogeu perene de tua força, na irradiação imortal de tua glória, em toda à intensidade do teu fulgor, no pino de um eterno meio-dia, dardejante de luz, a cujo esplendor e a cuja divindade nós te saudamos, diante do ataúde, com o mesmo brado de orgulho e de vitória que afronta e vence a morte e com que te saudará sempre a tua Pátria, por séculos sem conta: Salve, sol!” (Mangabeira, 1958, p. 170-171).

Na década de 1930, novamente o “assunto” Rui Barbosa voltaria à baila nos discursos e conferências proferidas pelo então recém-empossado senador João Mangabeira em pelo menos duas oportunidades relevantes: a conferência no Teatro Municipal em São Paulo e a inauguração da Casa Rui Barbosa no Rio de Janeiro. Destacamos esses dois momentos porque eles revelaram perspectivas e interpretações do pensamento de Mangabeira sobre Rui Barbosa que reverberariam por toda a produção intelectual do personagem.

Aliás, não é de causar surpresa o fato da figura e do simbolismo entorno de Rui Barbosa ser especialmente lembrado, em momentos específicos, pelas elites políticas e jurídicas que esposavam os valores do liberalismo. Seja em cenários de estabilidade ou, com mais frequência, em contextos de crise, Rui Barbosa, suas ideias e sua trajetória poderiam ser evocadas no presente das distintas conjunturas tanto para valorizar o ordenamento político estabelecido, quanto para combater os perigos e os inimigos responsáveis por ameaçar as instituições e os valores liberais ou até mesmo aconselhar os “partidários da liberdade” em relação aos caminhos que a República deveria seguir.

Em maio de 1930, o senador João Mangabeira foi convidado pelas elites políticas paulistas para proferir uma conferência sobre a vida Rui Barbosa no Teatro Municipal<sup>6</sup>. O evento fazia parte de uma programação cultural, coordenada pelo

---

<sup>6</sup> Importante lembrar que, nas eleições de 1930, a chapa situacionista para presidência da República era formada por Júlio Prestes como candidato à presidente por São Paulo e Vital Soares no papel de candidato à vice presidência pela Bahia. Em sentido amplo, convocar Mangabeira para discorrer sobre a trajetória ruísta em São Paulo nos parece certa tentativa de “demonstração de força” da aliança

centro acadêmico de Direito XI de agosto, em auxílio à construção de um monumento à Rui Barbosa em São Paulo<sup>7</sup>.

Durante o evento, Mangabeira se esforçou para condensar a trajetória política de Rui Barbosa entre o Império e a República e as múltiplas facetas que o ilustre baiano encarnava: o político, o jurista, o diplomata, o escritor, o educador e o orador. Porém, para o nosso personagem, que deu ênfase à faceta do “Rui político”, um traço fundamental se destacava em toda a sua trajetória: a ideia do “apostolado” em prol da liberdade, isto é, a ideia de que Rui não transigia em relação a valores e princípios, em especial em relação à liberdade, nem que para isso tivesse que amargar os sabores causados pelas dificuldades e intrigas comuns ao mundo político<sup>8</sup>.

Salientar a ideia do “apostolado de Rui”, que apresentava o antigo líder baiano como uma espécie de mártir político, é importante porque essa foi uma representação que fez parte de toda a reflexão posterior de Mangabeira sobre o simbolismo e a figura de Rui Barbosa. E, talvez por isso mesmo, a conferência proferida tenha sido considerada um sucesso de público. Tanto que, posteriormente, ela foi publicada como livro, com o auxílio do governo estadual paulista, intitulado de “Rui e a Liberdade”<sup>9</sup>.

A participação na cerimônia oficial de lançamento da Casa Rui Barbosa, ocorrida em agosto de 1930, no Rio de Janeiro, também foi outro evento importante da trajetória do nosso personagem no que se refere ao culto ruísta. A antiga residência de Rui Barbosa, situada na rua São Clemente, nº 134, onde o senador baiano havia passado os últimos 30 anos de sua vida, havia sido comprada pelo governo Washington Luís e foi transformada em uma Casa-museu para servir de “lugar de memória” (Scarpeline, 2009) e perpetuar o culto à vida e à obra do “grande cidadão”<sup>10</sup>.

---

entre paulistas de baianos, além de tentar evidenciar a estabilidade das instituições da Primeira República por meio da evocação de um dos seus fundadores de peso. Força e estabilidade que, como sabemos, eram em grande medida ilusórias, como a revolução que ocorreria ainda naquele ano e que alçaria Getúlio Vargas ao poder trataria de demonstrar.

<sup>7</sup> “Um recital de Martha Silva Gomes”, *O Globo*, 13/05/1930, p.6.

<sup>8</sup> “Monumento a Rui Barbosa”, *Estado de São Paulo*, 14/05/1930, p.5.

<sup>9</sup> As rendas obtidas com a sua venda - cada exemplar era vendido por 5\$000 - foram utilizadas para a construção do monumento à Rui Barbosa no Vale do Anhangabaú que, após uma série de percalços, foi finalmente inaugurado em 11 de janeiro de 1931.

<sup>10</sup> Casa de Rui Barbosa”, *Correio da Manhã*, 21/06/1930, p.2.



O lançamento do espaço ocorreu no dia 13 de agosto de 1930, contando com a presença do Presidente Washington Luís, do vice-presidente, de ministros de estado, congressistas, professores, magistrados e jornalistas. Convidado para ser o orador oficial do evento, João Mangabeira concentrou novamente toda a sua oração na figura do Rui “político”, tendo em vista, ademais, que o Governo havia escolhido a data de 13 de agosto para a inauguração da Casa de Rui Barbosa em referência ao jubileu cívico, data do primeiro discurso público de Rui que marcava simbolicamente sua entrada na cena política (Mangabeira, 1958b, p. 75). Dessa vez, a representação que se destacava em sua oração era a ideia do Rui “Estadista”, isto é, do Rui apresentado como um grande construtor, não apenas dos valores morais e dos princípios da República, mas principalmente de suas próprias instituições e de suas leis (Mangabeira, 1958b, p. 82).

Ainda durante os anos seguintes da década de 1930, Mangabeira faria questão de lembrar o legado de Rui Barbosa, seja por meio das ideias do mestre nos debates a Subcomissão do Itamaraty, seja principalmente replicando sua combativa postura na luta contra os desmandos, injustiças e atentados à constituição produzidos durante a escalada autoritária que deu ensejo ao golpe de 1937 e a instalação do Estado Novo.

Essa retomada das ideias e da postura de Rui foi bastante relevante e até mesmo desafiadora em uma década em que o liberalismo, a democracia e o Estado de Direito viviam uma crise que - aos olhos dos contemporâneos - parecia terminal, sofrendo abundantes questionamentos a nível internacional e nacional, e em que o próprio Rui Barbosa era interpretado como um político “verborrágico”, “idealista”, preso às “ficções do formalismo jurídico” e pouco atento às realidades sociais de sua época.

Tendo em vista o contexto desfavorável aos ideais democrático-liberais, João Mangabeira passaria, cada vez mais, a endereçar discursos, conferências e, em especial, a fazer citações sobre a doutrina e a prática ruísta em entrevistas, a fim de se afirmar como a “voz autorizada” a representar essa tradição de liberalismo nos espaços políticos. Afinal, não bastava somente ter sido abnegado companheiro nas disputas políticas e discípulo em vida. Era necessário, acima de tudo, continuar a obra

do mestre após a sua morte através da fidelidade às suas ideias e, principalmente, pela manutenção de sua postura, pois Rui, como costumava dizer Mangabeira, havia ensinado “muito mais pelo exemplo do que pela doutrina”.

## 2. O Livro “Rui, o Estadista da República” de João Mangabeira: contexto e ideias

Avancemos à década de 1940. Os dois elementos centrais daquele contexto histórico se resumiam à Segunda Guerra Mundial no plano internacional, enquanto se vivenciava o Estado Novo de Vargas em terras brasileiras. Em fevereiro de 1943, os soviéticos venciam a famosa batalha de Stalingrado, mudando os rumos da guerra, até então bastante favorável às forças do eixo nazifascista. É nesse momento que o diretor da Casa Rui Barbosa, Américo Jacobina Lacombe, convocou Mangabeira para proferir uma nova conferência por ocasião do aniversário de vinte anos da morte de Rui<sup>11</sup>.

A conferência, ocorrida em março de 1943, foi um sucesso. Ganhou significativa relevância e, a pedido da viúva de Rui Barbosa e de José Eduardo Macedo Soares, proprietário do *Diário Carioca*, foi publicada no suplemento literário dominical desse jornal durante nove finais de semana, sendo intitulada pelo próprio periódico como o trabalho “maior e o mais profundo na vida política do país desde muitos anos atrás”<sup>12</sup>. A repercussão, aliás, ultrapassou as páginas do *Diário Carioca*. A título de exemplo, a iniciativa de Mangabeira de recordar Rui Barbosa também foi efusivamente saudada pelo *Correio da Manhã* em suas páginas”<sup>13</sup>.

O cenário em torno da conferência e de sua publicação nas páginas do *Diário Carioca* foi tão animador que logo Mangabeira foi instado a adensar, alongar e completar o texto da conferência com novos dados, memórias e fontes a fim de lançar o texto em forma de livro. Foi assim que nasceu o livro “Rui, o Estadista da República” – o livro mais famoso da trajetória do nosso personagem - publicado

---

<sup>11</sup> “Conferências”, *Correio da Manhã*, 21/02/1943, p.23

<sup>12</sup> “Rui Barbosa”, *Diário Carioca*, 11/04/1943, p.1.

<sup>13</sup> “Ruy e a Conferência do sr. João Mangabeira”, *Correio da Manhã*, 04/04/1943, p.2.



originalmente em dezembro de 1943 pela Editora José Olympio como o número 40 da prestigiada coleção Documentos Brasileiros<sup>14</sup>.

Não foi fortuito o fato de Mangabeira se dedicar à escrita justamente em um momento em que vivia uma interrupção forçada de sua carreira política<sup>15</sup>. Na verdade, só foi possível escrever um livro desse porte justamente porque nosso personagem precisava procurar outras formas de intervenção político-cultural em um momento em que o tradicional caminho de atuação política por meio da instituições liberal-democráticas estava bloqueado. Ademais, também não foi acidental o fato do livro, na verdade, ter sido fruto de uma exposição oral em uma conferência. Mangabeira era, até então, reconhecidamente um orador de tribuna, não um escritor de pena em punho. Ele sempre se dedicou à arte do discurso e da oratória, na esteira aliás da própria tradição ruísta, mas nunca havia transformado a escrita na sua forma privilegiada de intervenção cultural. Como o próprio Mangabeira (1999, p.15) afirmava: “não fui jamais homem de letras. Não sou historiador”. Seu livro até então mais prestigiado, o “Em torno da Constituição” era, na verdade, uma coletânea de seus artigos publicados no calor dos combates jurídico-políticos da Constituinte de 1934. Assim, o período do Estado Novo era o momento oportuno para incorporar outras formas de ação ao repertório de atuação do personagem.

Da mesma forma, a publicação da obra na coleção “Documentos Brasileiros” não foi aleatória. A exemplo da coleção Brasiliana, essa coleção foi uma das coletâneas mais importantes das ciências sociais brasileiras, em especial no período que vai da década de 1930 até 1950. Organizada inicialmente pelo livreiro José Olympio e contando com a direção inicial de Gilberto Freyre, posteriormente substituído por Octávio Tarquínio de Souza, a coleção pretendeu expressar um verdadeiro catálogo das novidades em termos de abordagens das ciências humanas e sociais e de interpretações sobre o Brasil, constituindo-se em verdadeiro marco intelectual para época. Logo, ter um livro publicado na coleção “Documentos Brasileiros” era um inegável sinal de prestígio e legitimidade dentro do restrito

---

<sup>14</sup> “Livros e Autores - Autores”, *O Globo*, 31/12/1943, p.7.

<sup>15</sup> Com o golpe de novembro de 1937 e a instauração do Estado Novo, as casas legislativas foram fechadas. João Mangabeira passou então a se dedicar à sua carreira de advogado.

circuito de circulação de ideias e de produção acadêmica nacional (Franzini, 2013, p. 28).

É forçoso reconhecer, contudo, que a abordagem utilizada na obra “Rui, o Estadista da República” dificilmente poderá ser encarada como uma perspectiva inovadora ou renovadora das ciências humanas e sociais. Na verdade, a obra constitui-se em um verdadeiro panegírico ruísta, chegando mesmo quase que às raias da hagiografia. Embora seja um trabalho de reconstituição histórica bem escrito e bem documentado – um dos pré-requisitos para a publicação de qualquer obra na já referida coleção era ser baseada em “documentos verificáveis” (Franzini, 2013, p. 32) - o Rui Barbosa apresentado nas 431 páginas do livro de Mangabeira é o Rui “mitificado”, coerente, sem contradições, sem erros, sem vacilações e constantemente elogiado, idealizado e louvado por suas ações e ideias.

A princípio, conjecturamos que esse tom laudatório poderia ter sido algo prejudicial à escolha da obra para integrar a “Documentos Brasileiros”, tendo em vista o alardeado interesse da Livraria José Olympio em publicar obras de caráter renovador das ciências humanas e sociais. Apesar de não termos conseguido recuperar nenhuma fonte que nos apontasse objetivamente as razões dos organizadores da Coleção Documentos Brasileiros para a escolha desse texto, chegamos posteriormente à conclusão, a partir da observação da recepção do livro, que foi sobretudo devido ao contexto político de seu momento de produção e, principalmente, pela mensagem política geral que a obra carregava que ela foi escolhida para integrar a referida coleção. Ao contrário do que fora pensado inicialmente, o fato de ser um texto laudatório, especialmente escrito e legitimado pelo “fiel discípulo de Rui Barbosa”, constituía-se em um importante atrativo e não em um entrave ou algo do gênero.

Nesse sentido, também é possível relativizar a afirmação de Fábio Franzini (2013, p. 41) de que a preocupação do editor e dos diretores da Livraria José Olympio Editora era com “a cultura, não com a política” ao evitar publicar textos marxistas ou abrir muito espaço à textos de autores situados no campo da direita. É verdade que a preocupação era prioritariamente com a cultura, mas isso não excluiu a abertura da

Coleção Documentos Brasileiros para uma obra que tinha como traço essencial uma mensagem política: a defesa da democracia liberal e de seus valores e predicados.

Pois bem, vamos a uma pequena síntese do “Rui, o Estadista da República” de Mangabeira. O livro manteve a estrutura inicial da conferência proferida, sendo, porém, bastante adensado em vários outros pontos. Logo nas primeiras páginas, o autor refutava a ideia de que o trabalho apresentado fosse uma biografia, porque, tendo em vista o aspecto puramente cronológico, a vida de Rui não havia começado em 1889. Da mesma forma, o autor afirmou que o livro não se tratava de um estudo sobre história republicana, já que não se propunha a descrever e examinar o ambiente político-social onde se desenrolou a vida do protagonista. Em realidade, o objetivo do livro era algo aparentemente mais simples: evidenciar a trajetória de Rui durante da República, suas lutas, posicionamentos e encontros realizados durante naquele período, bem como revelar o papel de “Estadista” que este havia cumprido na formação de suas primeiras leis e instituições.

O autor justificou a sua escolha pelo caráter de “imortalidade” atribuído à Rui Barbosa. Ao contrário das “celebridades a prazo”, das personalidades políticas marcadas “falsas glórias” posteriormente esquecidas, de quem o tempo tratava de apagar até mesmo os “bustos e estátuas”, o legado de Rui havia “afrontado e vencido a morte” dada a sua presença viva no “espírito da Nação e das gerações que o sucederam”. A comprovação dessa permanência seria o expressivo número de comemorações realizadas em virtude do vigésimo ano de sua morte bem como o grande número de ruas, praças, estátuas, bustos, instituições culturais e até mesmo de crianças batizadas com o nome de Rui.

Mangabeira se perguntou então qual teria sido a qualidade preeminente de Rui Barbosa que o levou a conseguir toda essa projeção na sociedade brasileira e a construir a sua “imortalidade”. Explicando e enumerando que o personagem tinha diversas facetas como as de jurista, jornalista, escritor, orador, artista ou diplomata, o autor acabou atribuindo às qualidades do “Rui político”, isto é, às suas competências e predicados enquanto “Homem de Estado” a qualidade de ter “imprimido nas consciências o amor pelo direito, pela justiça e pela liberdade” em “uma vida inteira de ação, peleja e apostolado” e de ser especialmente

homenageado pelos brasileiros naquelas “horas torvas da civilização ameaçada” em que o livro havia sido escrito (Mangabeira, 1999, p. 26).

Passadas as explicações iniciais, o autor se desdobra então para mostrar o percurso político do Rui Republicano ao longo das mais de 400 páginas do livro, evidenciando os grandes momentos do protagonismo, perpassando sua atuação nos primeiros momentos da República, sua gestão Ministério da Fazenda, no enfrentamento ao arbítrio de Floriano Peixoto, sua consagrada participação no Congresso de Haia, a disputa da Campanha Civilista e em outros tantos eventos marcantes de sua trajetória.

Entre outras, duas representações principais sobre Rui Barbosa se destacam e, implicitamente, estruturam o trabalho: a figura do “estadista” e a figura, de inspiração claramente religiosa, do “apóstolo”. Na verdade, ao contrário do que o texto de Cristina Buarque e Jorge Chaloub (2017) poderia nos fazer supor, essas duas representações já estavam, pelo menos de alguma forma, presentes nos discursos anteriores e no simbolismo produzido por Mangabeira acerca de Rui desde, pelo menos, a década de 1930. Prova disso é que a imagem do apóstolo, presente na conferência do Teatro Municipal de São Paulo, e a imagem do construtor, muito semelhante a do estadista, já estavam presentes no discurso de inauguração da Casa de Rui Barbosa. O diferencial era que, na progressão das páginas do livro, os argumentos que envolviam essas duas representações de Rui ganharam maior corpo e desenvolvimento.

Na representação do “estadista”, Rui aparece como o grande construtor e organizador da República de 1891. Não que ele não tivesse tido uma participação de relevo durante o período imperial. Mas é que, nas palavras de Mangabeira, “o astro ainda não atingira o seu zênite”. Rui somente alcançou o apogeu de suas qualidades e atingiu o “ápice na glória” durante as lutas do período republicano. Nas próprias palavras de Mangabeira (1999, p. 430):

“Construiu a República, erigindo-lhe as instituições. Assegurou-lhe a estabilidade, pela sua gestão financeira. E por mais de trinta anos pregou o Direito, apostolou a Justiça, defendeu a Liberdade, abriu um curso prático de Democracia. E desses princípios impregnou o nosso ser. E o que existe entre nós de estável, de perpétuo, através

de todas as decepções, desenganos e derrotas, é o nosso instinto democrático, o nosso sentimento jurídico, a nossa aspiração de Liberdade. Eis por que ele é o estadista da República. Ao Brasil sempre presente. Vivo, era o maior dos nossos homens. Morto, é o maior dos nossos símbolos. Um brasileiro não pode pensar na Democracia ou na Liberdade, ou sangrar nos atentados perpetrados contra elas, sem que ao seu pensamento ou sentir surja desde logo Rui, como se ele com aqueles valores se houvesse consubstanciado”.

É sobretudo na função de ministro da Fazenda durante o governo provisório que Rui Barbosa empregaria toda a sua capacidade de “homem de Estado” pois, além de cuidar de toda organização político-jurídica e a estabilidade financeira dos princípios da República, ele ainda cuidava das obrigações políticas, administrativas e burocráticas de sua pasta. Entre as tarefas executadas estavam, por exemplo, o despacho de quarenta e oito processos que originados dos arquivos do antigo Conselho de Estado, o início dos serviços de estatística na pasta, a criação do Tribunal de Contas, do crédito hipotecário e popular e ainda a reforma das repartições do seu Ministério, tudo isso sob a égide de um comportamento absolutamente rigoroso e de moralidade absoluta, dado que, afinal, como repetido extensamente na obra, Rui “ensinava mais com o exemplo do que com a doutrina” (Mangabeira, 1999, p. 36).

Não obstante, Rui esteve no governo durante um tempo muito exíguo de sua trajetória política. Segundo Mangabeira, na maior parte de seu itinerário, o protagonista se comportou como um verdadeiro tribuno de oposição, assumindo uma posição de vanguarda e de combate em meio às divergências e pregações políticas, seja na tribuna do parlamento, nas páginas da imprensa, nos salões dos tribunais ou nos comícios de rua. Daí ele ter conservado uma característica bastante singular: ter sido um estadista até mesmo na oposição, visto que sua pregação oposicionista igualmente ajudou a moldar as linhas mestras da estrutura e do funcionamento do edifício republicano. Mangabeira, inclusive, “carregou nas tintas” e foi além de qualquer resquício de modéstia ao afirmar que, em relação a Rui Barbosa “a história da República, ao longo desse tempo, é a sua própria história: as lutas travam-se contra ele ou derredor dele” (Mangabeira, 1999, p. 35).

A segunda representação, que certamente adquire maior centralidade ao longo do texto é a representação do “apóstolo”. Nessa chave interpretativa, Rui

Barbosa sempre guiou suas ações pela fidelidade estrita a princípios, valores e ideias, sempre preocupado prioritariamente em “ensinar mais pelo exemplo do que pela doutrina”, em pregar sobre o direito, a liberdade e a democracia, sem jamais tergiversar ou transigir, mesmo que isso significasse a certeza de derrotas eleitorais ou políticas. Segundo Cristina Buarque e Jorge Chaloub (2017, p. 120), o protagonista de “Rui, o Estadista da República” estaria, nessa acepção, mais preocupado em “vencer por princípios perenes e fazer prevalecer os valores superiores sobre as inimizades comezinhas” em uma postura também destacada pelo próprio Mangabeira (1999, p. 244).

Rui aparece no texto sempre pelejando por objetivo superior: a efetiva construção da República. Da luta por esse objetivo maior se desdobraria uma postura firme de recusa a vantagens pessoais, cargos e honrarias e o protagonismo em “derrotas gloriosas”, aquelas que se caracterizavam moralmente por uma “nobreza maior” do que as vitórias circunstanciais de seus oponentes. Assim, Rui não temia enfrentar eleições cujo resultado já estava pré-determinado, mas exigia estar do lado derrotado, longe das “prebendas e preferências do poder” propiciadas pelo situacionismo viciado por práticas oligárquicas e antirrepublicanas (Cristina; Chaloub, 2017, p. 121). Nesse sentido, a Campanha Civilista revestiu-se, em especial, “do caráter de um apostolado, em que um homem sacrifica seus trabalhos e seus interesses na defesa de princípios que não de frutificar no futuro” (Mangabeira, 1999, p. 159).

Curiosamente, em alguns momentos do texto, é possível identificar até mesmo um tom de frustração e ressentimento em relação às dificuldades e as tramas urdidas contra Rui em virtude de sua postura e que o impediram de se tornar presidente da República. Segundo Mangabeira (1999, p.13), Rui, em suas lutas, debatia-se “em um meio pequeno para o seu vulto, hostil à sua cultura, refratário ao seu idealismo e invejoso de sua superioridade”. Ele seria uma “espécie de Aníbal”, um gênio superior que fora sempre combatido e renegado pela “mediocridade” que acabou por levar “Cartago à perdição”. Nessa perspectiva, Rui teria sido constantemente excluído de cumprir aquele que seria o seu “destino” (Mangabeira, 1999, p.25).



Conforme a definição de Mangabeira, “a desgraça da política brasileira era a covardia dos políticos ante a adversidade”. Isto posto, era premente que Rui fornecesse o exemplo e enfrentasse, com “valor”, as adversidades impostas pela prática política, independentemente das consequências imediatas. Dessa forma, em um aparente paradoxo, “perder seria ganhar”, na medida em que as derrotas políticas revelavam, na verdade, o primado da pureza, da correção e da certeza das convicções em detrimento das vitórias circunstanciais, efêmeras e de menor valor. Até porque, “em dias de opressão”, ser oposição era “uma honra” e “desonra” era, afinal, ser governo (Mangabeira, 1999, p. 158).

Outro ponto que Mangabeira destacou em relação ao personagem era a sua sensibilidade aguçada em relação aos novos tempos e às circunstâncias vividas no país. Não obstante ter sido um defensor dos direitos civis e da questão republicana, Rui também observou atenciosamente o surgimento de um novo tempo marcado pela preeminência da questão social. Na visão de Mangabeira, o “apóstolo da liberdade” teria tido uma atitude vanguardista ao ser um dos precursores políticos da incorporação das reivindicações sociais nas plataformas políticas (Mangabeira, 1999, p. 320–321):

Assim, na questão social, ninguém, no Brasil, viu tão cedo, tão largo e tão longe, quanto Rui, em sua época. Até mesmo, porque "a questão social" corresponde ao sistema de produção que a cria. Rui tinha essa previsão quando afirmava ao final de sua conferência de 1919: "As nossas Constituições têm ainda por normas as declarações de direito consagradas no século dezoito. Suas fórmulas já não correspondem exatamente à consciência jurídica do universo. À inflexibilidade individualista dessas cartas imortais, mas não imutáveis, alguma coisa tem que ceder ao sopro, de socialização que agita o mundo. (...) Em 1919, não chegou ao marxismo. Mas se declarou expressamente pela democracia social. Aquela época, dentre os líderes políticos brasileiros, somente ele ousou assim se colocar. Hoje, qualificar-se, no Brasil, de social-democrata, ainda mesmo não o sendo, é trivial. Naquele tempo era singular.

Esse ponto era fundamental para a construção da legitimidade de João Mangabeira como seguidor de Rui. As perspectivas esquerdizantes de Mangabeira teriam sido desenvolvidas e “autorizadas” a partir de um deslocamento à esquerda que o próprio Rui Barbosa havia iniciado em 1919. Oriundo do liberalismo clássico, Rui

teria se realocado à esquerda em face da emergência política da questão social e, nas palavras do nosso personagem, chegado à “democracia social”, enquanto Mangabeira foi além, aderindo ao socialismo democrático. Relembrar a inclinação social de Rui em 1943 era igualmente fundamental pra legitimar a visão política que seria instrumentalizada e materializada, mais adiante, na construção da Esquerda Democrática e do próprio PSB. Afinal, em um futuro próximo, seria necessário não somente construir a democracia liberal, mas dotá-la igualmente de uma dimensão social e, se possível, socializante.

O livro termina com um chamado à defesa da democracia, da liberdade e do direito. Em realidade, esse é o verdadeiro sentido da obra, o fio condutor por trás da exposição da trajetória de Rui Barbosa: o eminente político baiano somente fora invocado do “mundo dos mortos” para defender os valores liberais e democráticos da “civilização ocidental”. Em meio à “noite escura” do conflito mundial, cercada pelas incertezas da luta contra o nazifascismo e, de forma velada, pelo arbítrio estadonovista em solo pátrio, Rui se fazia novamente presente para comandar a luta contra a “ditadura, o arbítrio e a opressão” e guiar os liberais na defesa da moral, dos valores da Nação encarnados na consigna “Direito, Democracia e Liberdade” (Mangabeira, 1999, p. 430-431):

“E nos dias sombrios que atravessamos, em meio à noite densa, ele vive em nossa alma e enche com a sua presença o espaço moral da Nação. Ele próprio afirmou que “só o que escreveu nas almas não morrerá”. E através de um longo apostolado, escreveu em nossas almas o amor ao Direito, à Democracia e à Liberdade; e o ódio à injustiça, à ditadura e à opressão. Por isso mesmo, quando as vagas do mal ameaçam inundar e cobrir com o seu lodoso catifeiro todo o campo da Democracia e da Liberdade, e se chamam a postos, para uma guerra santa, os que não perderam a fé na vitória final daqueles princípios supremos, obumbrados num eclipse que não tarda a passar, sentimos Rui viver em nós, concitando-nos ao cumprimento do dever. Sentimos em nosso meio a presença do imortal. Seus ensinamentos nos inspiram. Seus exemplos nos alentam. Suas palavras nos inflamam. Nesta luta sagrada para a restauração definitiva da Democracia e da Liberdade, Rui está presente, e, como sempre, nos comanda”.

### 3. A Recepção de “Rui, o Estadista da República”

Em linhas gerais, podemos afirmar que a obra foi muito bem recebida pelos meios intelectuais e letrados da época. Seu lançamento repercutiu significativamente entre fins de 1943 e o primeiro semestre de 1944, recebendo uma série de resenhas elogiosas de vários setores da intelectualidade nacional. Como esperado, a obra foi particularmente exaltada entre os profissionais do Direito. É nesse sentido que o “Dr. Castilho Cabral” requereu na sessão do Instituto dos Advogados de janeiro de 1944 um voto em homenagem à Rui Barbosa a propósito do recente livro de João Mangabeira<sup>16</sup> e que o Instituto da Ordem dos Advogados de Minas Gerais e o Instituto dos Advogados de São Paulo convidaram Mangabeira para falar sobre Rui Barbosa<sup>17</sup>. Além da recepção positiva por parte da intelectualidade, o livro também obteve um relativo sucesso de vendas, tendo os 4 mil exemplares da 1ª edição se esgotado em apenas 3 meses<sup>18</sup>.

A relação íntima entre Mangabeira e Rui Barbosa, longe de levantar suspeições em relação ao caráter e à qualidade da obra, foi na verdade exaltada como prova de sua credibilidade e confiabilidade. Prova disso é a opinião colunista Joaquim de Sales no *Diário Carioca* que, ao exaltar os “15 anos de existência” compartilhada entre autor e personagem, afirmava em relação à obra que “Rui merecia bem essa homenagem da admiração e da filial afeição do homem a quem, no final da vida, dedicou toda a sua amizade (...)”<sup>19</sup> ou José Eduardo Macedo Soares que, escrevendo em referência à proximidade entre autor e personagem nas páginas do mesmo jornal, afirmou que “o sr. João Mangabeira é uma das maiores, senão a maior autoridade entre os contemporâneos” para falar de Rui na vida do país<sup>20</sup>.

Da mesma forma, a apresentação da trajetória de Rui Barbosa como um “estadista e apóstolo da liberdade” inequívoco, coerente e homogêneo muito agradou a audiência a quem o livro se destinava. Não era esperada – e talvez nem

---

<sup>16</sup> “Associação científicas e culturais”, *Correio da Manhã*, 11/01/1944, p.11.

<sup>17</sup> “Convidado a Falar em Belo Horizonte o Senhor João Mangabeira”, *O Globo*, 04/11/1944, p.2; “Homenagem dos advogados de S. Paulo a Rui Barbosa”, *Diário de Notícias*, 25/11/1944, p.3.

<sup>18</sup> “Vida Literária”, *Correio da Manhã*, 22/04/1944, p.46; “Athayde, Tristão de. “Lição de Rui”, *Diário de Pernambuco*, 23/04/1944, p.4.

<sup>19</sup> “Rui Barbosa e seu biógrafo”, *Diário Carioca*, 16/04/1943, p.4.

<sup>20</sup> Soares, J. E. Macedo, “O estadista da República”, *Diário Carioca*, 10/12/1943, p.1.

desejada – uma obra crítica sobre Rui Barbosa. O que aquele público pedia era justamente a volta do seu mito, para inspirar e incentivar a defesa dos valores da liberdade e da democracia naquela conjuntura de incertezas. Mito esse que, como poucos, Mangabeira soube cultivar, como nos evidenciou o colunista Américo Palha nas páginas do *Diário Carioca* ao dizer que Mangabeira escreveu uma espécie de “Curso de Rui Barbosa” com o seu livro<sup>21</sup>.

Ao evocar novamente Rui Barbosa e o liberalismo, o livro foi reconhecido por parte de seus leitores como um ato de “patriotismo cultural” ou um “serviço prestado à pátria e à mocidade”. É nesse sentido, por exemplo, que novamente Américo Palha afirmou que “a obra do sr. João Mangabeira (...) representava o maior serviço que o ilustre compatriota poderia prestar ao Brasil” naquele momento, em que era necessário lembrar, especialmente, às gerações mais jovens o “verdadeiro sentido das realidades democráticas” que a humanidade procurava “salvar da noite sinistra do nazismo bárbaro e cruel”<sup>22</sup> ou que o *Correio da Manhã* tenha publicado um trecho avulso do livro em suas páginas lembrando que “a própria pátria não existe senão como embuste, simulacro e ficção, nos regimes totalitários donde desapareceu a liberdade”<sup>23</sup> ou ainda que Joaquim de Sales tenha garantido que o governo deveria espalhar o livro de Mangabeira por “escolas, academias e bibliotecas” pois ele condensava “tudo o que o Brasil deve ser, tudo o que o Brasil quer ser”<sup>24</sup>. Já nas páginas do *Diário Carioca*, o colunista Jorge Maia sintetizava como poucos o significado geral da obra e a “atualidade” de Rui Barbosa:

Hoje, vinte anos após a sua morte, as suas palavras são atualíssimas. Tendo tido a ventura de desaparecer num instante em que o mundo parecia se reerguer de uma catástrofe. Seus pensamentos proferidos em 1916 e 1917 poderiam se aplicar à guerra de 1939. Os seus temores, as suas dúvidas, as suas convicções, são as mesmas que animam todos os homens livres de hoje. E como naquela época, lutamos pelos mesmos ideais. A história repetiu-se num pequeno intervalo. Felizes daqueles que, como Rui, puderam abandonar o campo da luta, convictos da regeneração da humanidade, certos de que o direito, a liberdade e a democracia seriam as forças motrizes

---

<sup>21</sup> Palha, Américo, “Rui: o símbolo do Brasil eterno”, *Diário Carioca*, 15/05/1943, p.4.

<sup>22</sup> Rui, o Estadista da República”, *Diário Carioca*, 23/12/1943, p.4.

<sup>23</sup> “Vida Social”, *Correio da Manhã*, 29/12/1943, p.11

<sup>24</sup> Sales, Joaquim de. “Rui”, *Diário Carioca*, 03/02/1944, p.4.

do universo, ignorando que, para alcançar esse supremo e justo objetivo se tornasse necessária uma outra guerra...”<sup>25</sup>

Passemos então à análise das resenhas. Escolhemos os textos de seis intelectuais brasileiros influentes: Álvaro Lins, Gilberto Freyre, Jorge Amado, Moacir Werneck de Castro, Sylvio Rabello e Tristão de Ataíde. Por óbvio, não foram somente eles que escreveram sobre a obra, mas fizemos essa escolha com base no prestígio e na diversidade de atuações e perspectivas profissionais, políticas e ideológicas contidas nas trajetórias desses autores na tentativa de compor um “quadro de recepções” diversificado de “Rui, o Estadista da República”.

Álvaro Lins, em sua “crítica literária” ao livro, publicada no *Correio da Manhã* em 24 de dezembro de 1943, afirmava que a obra era “uma importante contribuição” não somente para o estudo de Rui, mas para a história da República nos seus primeiros anos, tendo em vista o conjunto de atores políticos e históricos que apareciam em contato com o protagonista na narrativa. Ressaltando que a vida de Rui era, na verdade “a história de um “programa político”, ele considerou que a obra de Mangabeira correspondia a um “verdadeiro movimento levantando à memória” de seu mestre. O resenhista ponderou as limitações impostas ao livro pela manutenção da estrutura de conferência, mas, contrariando o próprio autor, afirmou que a obra era uma biografia “nos seus momentos mais decisivos e nos seus aspectos mais essenciais”<sup>26</sup>.

O crítico então comparou a obra de Mangabeira com o livro sobre Rui Barbosa escrito por Luiz Viana Filho em 1941, dizendo que, enquanto no livro de Viana o personagem estava em primeiro plano, na obra de Mangabeira era o programa que se destacava. Valorizando os efeitos da proximidade pessoal entre Mangabeira e Rui para a escrita do trabalho, Álvaro Lins rendeu homenagens ao autor do livro ao asseverar que seus atributos “do orador, do político e do jurista estavam presentes e atuantes” na obra.

Contudo, o resenhista questionou a afirmação de que o traço primordial da carreira de Rui teria sido o fato dele ter sido um “artista” porque essa assertiva se

---

<sup>25</sup> Maia, Jorge. “Rui – O Estadista da República”, *Diário Carioca*, 30/01/1944, p.14.

<sup>26</sup> Lins, Álvaro. “Crítica literária: Ruy”, *Correio da Manhã*, 24/12/1943, p.2.

colocava em contradição com a exposição do livro que evidenciou que Rui havia sido, antes de tudo, um “homem de Estado”. Certamente o personagem tinha “dotes artísticos”, boa escrita e oratória, porém a finalidade última do exercício desses predicados era essencialmente política. Até porque aqueles que tentavam imitar a escrita de Rui caíam geralmente em um “estúpido e ridículo gongorismo” pois, segundo o resenhista, a escrita de Rui era, fundamentalmente, uma escrita movida pela paixão política.

A resenha terminou reforçando a impressão da “sensibilidade moral” e de “instinto de glória” que acabou por direcionar Rui Barbosa à vocação de apóstolo, isto é, ao “caminho da porta estreita”, o único caminho onde o “homem triunfa sendo derrotado”, revelando que a sua grandeza estava “na vitória do seu idealismo”:

Da série de episódios e atitudes de Rui, que está no livro do sr. João Mangabeira, a impressão mais sólida que fica no leitor é a fidelidade de Rui a si mesmo e às suas ideias. Diz-se em geral que ele foi o maior dos brasileiros. Não tenho o gosto, nem a autoridade, para fazer escolhas desta ordem. Acredito, porém, que se possa dizer alguma coisa mais a respeito de Rui Barbosa. Na sua totalidade, na sua extensão, na sua complexidade, no seu gênero, na sua espécie - ele é o único em nossa história<sup>27</sup>.

A resenha de Gilberto Freyre, por sua vez, foi publicada em 31 de dezembro de 1943 no *Diário de Pernambuco* sob o título de “Rui”<sup>28</sup>. Nela, o já renomado sociólogo pernambucano atestava que sua “velha suspeita” havia sido confirmada por Mangabeira: Rui Barbosa havia sido, na política, uma “vocação desviada da atividade religiosa”. Em sua leitura, Rui emanava uma “mística” superior à do Padre Antônio Vieira, a ponto de ter atuado como um “místico religioso cristão” até o fim de sua carreira política. Sua necessidade de se comunicar com o povo adivinha da necessidade de “evangelizar” as massas em nome de uma “justiça, liberdade e direito” que pareciam ter se originado das pregações cristãs, tanto que transformou o habeas-corpus em um “instrumento cristão de libertação dos oprimidos”. Entre

---

<sup>27</sup> Lins, Álvaro. “Crítica literária: Ruy”, *Correio da Manhã*, 24/12/1943, p.2.

<sup>28</sup> Freyre, Gilberto. “Rui”, *Diário de Pernambuco*, 31/12/1943, p.4.



outras figuras também de caráter apostólico, Gilberto Freyre estabeleceu comparação entre Rui e o apóstolo Paulo bem como com os juristas Barbosa Lima e Teixeira Mendes.

Porém, curiosamente, ao contrário de Mangabeira, Gilberto Freyre não acreditava que Rui tenha sido um “estadista”, simplesmente porque a República não havia produzido nenhum “estadista” até aquele momento, somente “alguns políticos astutos, alguns administradores capazes, alguns diplomatas hábeis”. E, mesmo concordando com a imagem de apóstolo concedida à Rui, ele ponderava que sua trajetória não está isenta de erros, especialmente no que concernia aos “estados de sítio” da Primeira República<sup>29</sup>.

Gilberto Freyre finalizou a resenha destacando que o livro era “de luta”. Rui havia sido um combatente, a ponto de ter criado uma “escola de lutadores” da qual o próprio João Mangabeira fazia parte:

“Mas não é preciso cair o brasileiro de hoje em transe apologético para admirar no grande baiano qualidades assombrosas de lutador. Isto ele foi magnificamente a vida inteira: um homem de luta como nunca o Brasil viu maior. O centro, também, de uma verdadeira escola de homens de luta nos quais se prolonga hoje sua atividade, sua influência, sua bravura de ação, seu poder de resistência nos abusos dos poderosos. Nessa escola se fez o sr. João Mangabeira. Seu livro sobre o mestre admirável, em vez de simples demonstração de talento e de saber, é do princípio ao fim um livro de luta”<sup>30</sup>.

O Jornalista Moacir Werneck de Casto também escreveu sua resenha sobre “Rui, o Estadista da República”. Intitulada de “Um combatente da mesma causa”, ela foi publicada em 27 de fevereiro de 1944 nas páginas do *Diário Carioca*. Inicialmente, sua discussão se pautou na constatação na superficialidade de se evocar a “existência dos vultos do passado” em função das “necessidades contemporâneas” e da leviandade de se especular sobre qual seria a atitude de determinado personagem histórico em relação aos dilemas do presente ou mesmo de se vincular forçadamente certas personalidades já falecidas a credos políticos surgidos posteriormente, a

---

<sup>29</sup> Freyre, Gilberto. “Rui”, *Diário de Pernambuco*, 31/12/1943, p.2.

<sup>30</sup> Freyre, Gilberto. “Rui”, *Diário de Pernambuco*, 31/12/1943, p.2.

exemplo do que o integralismo tentou fazer com Euclides da Cunha e até mesmo com Castro Alves.

O livro de Mangabeira, contudo, não corresponderia a nenhum dos casos anteriores. Ao contrário, a obra seria um exemplo de “estudo de vida à luz das realidades presentes que o personagem ajudou a formar”, de “assimilação dos grandes exemplos do passado para o estabelecimento de uma continuidade histórica” que nos permitiria “vislumbrar o futuro” e também um exemplar da “recomposição da verdade”<sup>31</sup>.

Embora se mostrasse crítico em relação à algumas ações de Rui Barbosa, em especial ao voto a favor do estado de sítio em 1922, Werneck de Castro defendia que a obra de Mangabeira respondia a uma finalidade maior do que a simples apologia à Rui Barbosa, na medida em que restabelecia a linha de uma tradição política e ideológica – o liberalismo - que se via na iminência de “perder nos confucionismos deliberados e nos tabus da propaganda”.

Esse reencontro do Brasil com a doutrina liberal seria inestimável para as novas gerações e para o reestabelecimento de uma memória nacional que reincorporasse a “construção do arcabouço democrático que os homens de 89 começaram a elevar, entre as maiores dificuldades, sobre as ruínas do sistema escravocrata”. Assim, o trabalho de Mangabeira seria essencial para reatar o fio de “continuidade histórica” e restituir a “confiança nos nossos destinos de nação”. Por fim, o resenhista ressaltou a qualidade do trabalho e o “senso de oportunidade” acertado do autor em retomar Rui e a tradição do liberalismo democrático naquela quadra histórica:

“Por menos que simpatizemos hoje com o transbordamento verbal de Rui Barbosa, temos de vencer essa barreira afim de penetrar na verdadeira significação de sua existência devotada à liberdade e à democracia. E para isso nenhum guia melhor do que o sr. João Mangabeira: compreensivo, firmemente orientado, convicto, esclarecido. A sua posição de discípulo não o compromete, pelo contrário. (...) Não será exagero, sob o aspecto da ternura filial com que foi feito, aproximar deste livro o que Joaquim Nabuco, escreveu sobre o pai. Mas o que sobreleva a tudo é a sua vital oportunidade neste momento. O arsenal ideológico com que vamos penetrar na

---

<sup>31</sup> Castro, Moacir Werneck de. “Um combatente da mesma causa”, *Diário Carioca*, 27/02/1944, p.19.

grande fase de reconstrução do após guerra necessita de constantes reforços. O nosso contingente de ideias políticas não dispensa um lastro de tradição, no sentido não-reacionário da palavra – tradição nacional de luta democrática - que não nos dê um ar de esmoleres no mundo democrático de amanhã. Isto seria injusto, porque efetivamente não estamos sós. Outros, no passado, se esforçaram também para que a democracia deixasse de ser um mito, outros cumpriram a sua missão histórica na etapa que lhes coube viver. E entre esses avulta a figura de Rui Barbosa, em quem saudamos o companheiro, o combatente da mesma causa”<sup>32</sup>.

O escritor e militante comunista Jorge Amado escreveu uma resenha sobre Rui, o Estadista da República em 26 de março de 1944, data do aniversário da morte do Águia de Haia. A resenha intitulada de “Retrato de Rui” afirmava categoricamente que, se Rui estivesse vivo, levantaria sua voz poderosa para “clamar contra o nazifascismo, para dizer as grandes palavras democráticas, para saudar a liberdade”. Rui, naquela quadra histórica, seria muito mais do que um nome, seria, na verdade, uma “bandeira neste momento da guerra contra a opressão e o obscurantismo”. Jorge Amado confessava então que somente teve a justa medida da grandeza de Rui e de sua obra quando estudou a vida de Castro Alves para escrever o livro “ABC de Castro Alves”. Naquela ocasião, constatou que faltava um “livro” sobre esse personagem, capaz de apresentar o “grande batalhador do liberalismo na sua justa medida”:

(...) E, em nota no volume sobre Castro Alves, lembrei a necessidade desse livro ser escrito. ‘Onde estão João Mangabeira ou Hermes Lima que não o escrevem?’ – perguntava eu. Na dedicatória do exemplar que me enviou de ‘Rui, o Estadista da República’, João Mangabeira recorda a minha pergunta no ‘ABC de Castro Alves’. Se, realmente, o meu apelo influiu em algo para que João Mangabeira escrevesse esse seu impressionante volume sobre Rui Barbosa, então o meu livro sobre Castro Alves teve uma importância bem maior do que eu imaginara. Porque, finalmente, temos um retrato de corpo inteiro de Rui Barbosa, onde são fixadas para sempre suas verdadeiras medidas, onde salta, formidável e pujante de vida, esse homem para quem o adjetivo excelso parece ter sido inventado”.

---

<sup>32</sup> Castro, Moacir Werneck de. “Um combatente da mesma causa”, *Diário Carioca*, 27/02/1944, p.19.

O resenhista, reconhecidamente próximo à Mangabeira<sup>33</sup>, não poupou elogios à obra e ao autor, valorizando seus atributos culturais, jurídicos e políticos e ressaltando a fidelidade de Mangabeira ao legado político e às ideias do seu mestre. Para Jorge Amado, o mais importante, contudo, era o fato de a obra ter “recrutado” Rui Barbosa para novamente comandar a reconquista das liberdades democráticas:

(...) Por mais que se diga não se dirá o suficiente da importância desse livro de João Mangabeira. Principalmente nessa hora internacional e nacional. Ele traz Rui Barbosa, na sua inteireza e na sua grandeza, para o nosso meio e sua presença é a de um comandante na hora mais terrível da batalha. Indica-nos o caminho, infunde-nos confiança, traz-nos a certeza da vitória. Rui Barbosa, como Castro Alves, nos dá essa lição: ‘Nascemos para a liberdade.’ Dificilmente se poderá avaliar hoje o que ficamos devendo a João Mangabeira. O seu livro [estralimita], de muito, o simples grande sucesso de crítica e de público. Vale como uma divisão, com tanques, canhões e aviões, lançada no bom combate da liberdade<sup>34</sup>.

A resenha finalizava com a exposição da experiência de repressão nos anos 30 vivida por Jorge Amado junto à Mangabeira, apresentada como uma “prova final” da lealdade do autor de “Rui, o Estadista da República” ao exemplo ruista:

Certa vez eu vivi também um pouco de história. Foi em 1936 e eu me encontrava na sala de detidos da Polícia Central do Rio. Era pela meia noite e um rumor de vozes novas acordou os presos. Com outros deputados e um senador entrou o deputado João Mangabeira. Preso porque defendera presos políticos, levantara sua voz pela liberdade. Hoje eu compreendo que aquele homem que entrou para o nosso cubículo, em certa noite de abril de 1936, era, antes de mais nada, o grande discípulo de Rui Barbosa. Haverá algo que honre mais a um homem, a um homem brasileiro?<sup>35</sup>

O intelectual católico Alceu Amoroso Lima, conhecido pelo pseudônimo Tristão de Athayde, também escreveu uma crítica literária sobre o livro de Mangabeira. Curiosamente, essa resenha sobre uma obra acerca de Rui Barbosa – e sobre o liberalismo em perspectiva - foi recebida nos meios intelectuais como uma

---

<sup>33</sup> João Mangabeira iniciou a sua carreira política em Ilhéus e teve contato próximo com o Coronel João Amado de Faria, pai de Jorge Amado. Assim ele conheceu o prestigiado escritor baiano desde a infância.

<sup>34</sup> Amado, Jorge. “Retrato de Rui”, *Diário Carioca*, 23/03/1944, p.3.

<sup>35</sup> Amado, Jorge. “Retrato de Rui”, *Diário Carioca*, 23/03/1944, p.3.

espécie de “reconversão democrática” desse personagem, outrora umbilicalmente ligado ao conservadorismo cristão e, por isso, gerou até algumas provocações nas páginas dos jornais. O escritor Rubens Braga, por exemplo, em tom provocativo e irônico, comentou que Athayde “cansou da direita e voltou a atuar no centro” além de considerar essa guinada um interessante caso de “conversão “de um “reacionário ultramontano que levantou tanta água benta ao moinho integralista” aos “ideais democráticos”<sup>36</sup>.

Sua crítica, publicada em 23 de abril de 1944, sob o título “Lição de Rui” partia da constatação: o ano de 1923 havia se tornado especial, pois marcou tanto o falecimento daquele personagem político quanto a fundação do Partido Nacional Socialista de Hitler e a criação do Exército Vermelho de Trotsky. No plano simbólico, foi em 1923 que o “idealismo do século XIX” desceu ao túmulo com Rui enquanto nasciam duas das principais instituições do “novo realismo do século XX”. Vinte e um anos haviam se passado, mas os fatos relativos a esses acontecimentos continuavam vivos no horizonte. No exato momento em que a resenha era escrita, o partido nazista e o exército vermelho travavam uma luta de vida e morte, cujo desfecho já estava “prefixado desde Stalingrado”. O “realismo vermelho” estava prestes a esmagar o “realismo pardo”. Dessa vitória, na opinião de Athayde, surgiriam repercussões universais:

“Repercussões que podem ser desastrosas se o espírito que vencer for apenas o do realismo político, nas mãos de um imperialismo de classe ou de doutrina. Serão renovadoras, porém, se um e outro daqueles realismos de 1923 forem por sua vez vencidos pelos ideais da Carta do Atlântico e das Nações Democráticas, isto é, pelo idealismo desse homem mofino que nesse ano se extinguiu num chalé silencioso de Petrópolis, a mil léguas desses acontecimentos”<sup>37</sup>.

Metamorfoseado em partidário da Carta do Atlântico<sup>38</sup> e da democracia liberal, o resenhista afirmava categoricamente: “Rui Barbosa está hoje mais vivo do

---

<sup>36</sup> Braga, Rui. “Ordem do Dia”, *Diário Carioca*, 18/04/1944, p.3.

<sup>37</sup> Athayde, Tristão de. “Lição de Rui”, *Diário de Pernambuco*, 23/04/1944, p.4.

<sup>38</sup> Declaração conjunta do Reino Unido e dos Estados Unidos tornada pública em agosto de 1941, estabelecendo uma visão liberal do Pós Segunda Guerra Mundial bastante semelhante aos quatorze pontos de Woodrow Wilson na Primeira Guerra Mundial. É considerada um dos documentos

que antes de falecer”. Tal constatação se baseava no interesse do grande público pela vida do tribuno liberal e, principalmente de biografias e estudos sobre a sua obra, a exemplo do livro de Mangabeira. Athayde, contudo, não considerava que Mangabeira tivesse feito a melhor escolha ao ter mantido o livro em formato de conferência, pois algumas expressões no interior do texto destoavam totalmente do novo aspecto que a obra escrita havia tomado.

Considerando que o livro guardava sempre o “o tom de apologia apaixonada de amigo e de partidário”, apesar de mencionar de passagem alguns defeitos de Rui, o crítico concordava com o caráter “apostólico” do personagem, que “jamais sacrificou suas convicções às suas conveniências” e que foi, acima de tudo, um “temperamento de pregador<sup>39</sup>. Em sua perspectiva, Rui Barbosa e D. Pedro II seriam os dois maiores símbolos da “tradição democrática idealista” brasileira. Democracia essa entendida como “a efetivação da liberdade no exercício da autoridade”.

Na parte final do texto, Tristão de Athayde realizou uma interessante “mea culpa” em nome de parte de sua geração – ele, obviamente, incluso - que, em algum momento da trajetória, denegou o mestre e o seu “idealismo” em favor de outros “ídolos” e, naquele contexto, depois de observar os “males tremendos que o realismo e o ceticismo trouxeram ao mundo moderno” voltava a se reconciliar as posições liberais anteriores, das quais Rui Barbosa era o maior símbolo, um símbolo “crente, perene e eterno”<sup>40</sup>.

De todas as resenhas pesquisadas, aquela que destoou de forma mais aguda da média de avaliações sobre “Rui, o Estadista da República” foi a produzida pelo psicólogo<sup>41</sup> e intelectual pernambucano Sylvio Rabello. Na verdade, ele estava menos interessado em discutir os predicados do livro do que opinar sobre o sentido da “volta de Rui Barbosa” e do liberalismo. Em “Notas sobre Rui” de 23 de abril de 1944, o resenhista alegava que a “redescoberta” de Rui Barbosa naquele contexto tinha

---

inspiradores da ONU. Para mais detalhes, ver: <https://cemerl.org/pt/enciclopedia/e-carta-del-atlantico-av>. Acesso em: 18/10/2023.

<sup>39</sup> “Athayde, Tristão de. “Lição de Rui”, *Diário de Pernambuco*, 23/04/1944, p.3.

<sup>40</sup> “Athayde, Tristão de. “Lição de Rui”, *Diário de Pernambuco*, 23/04/1944, p.4.

<sup>41</sup> Para mais informações sobre a trajetória e a produção intelectual de Sylvio Rabello, é relevante consultar: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=395&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=395&Itemid=1). Acesso em: 09/10/2023.



algo de “démodé”, na medida em que o liberalismo esposado por Rui era ligado ao contexto do século XIX enquanto que o século XX pediria um conjunto de ideias mais afeiçoadas com a “experiência social” do presente:

“A grandeza de Rui parece mesmo ter atingido o seu ponto culminante na atmosfera do liberalismo político do século passado. Já agora os povos estão em franca assimilação da experiência social do tempo presente. Outra é a ordem que agrupa e procura conciliar os homens dentro da vida. Outro é o sentido das aspirações coletivas. E por mais lenta e hesitante que seja a transformação social do Brasil, ela é menos o efeito da pregação doutrinária de Rui do que a conquista de um direito novo, esquecido ou sufocado pelos velhos regimes – o direito de viver”<sup>42</sup>.

A lembrança dos princípios pelo quais se bateu Rui Barbosa em sua trajetória seria um “esforço inútil”, quase uma “aberração” se considerada a distância que os contemporâneos se encontravam do “formalismo jurídico do seu apostolado político”. O próprio Rui seria uma “figura anacrônica ou simplesmente incômoda”, sem espaço nos “quadros políticos atuais” cuja sentença era mais “realista e menos romântico”, mais “social e menos jurídico”. Rui seria um líder, mas um líder do passado, um líder que não seria mais entendido naquele presente.

Apesar das críticas à “retomada” da figura de Rui, o psicólogo considerava o livro de Mangabeira um “panegírico” das “inigualáveis virtudes cívicas” de Águia de Haia em sua defesa do “Direito, da Justiça, da Democracia e da Liberdade. Porém, a grande questão era que as “idealizações” de Rui eram fruto de um passado marcado por formalismo e pela escassa preocupação com a realidade material das sociedades. Não que Rui fosse absolutamente insensível à situação de miséria das classes populares do Brasil. Mas é que o personagem achava que resolveria os problemas nacionais por meio da aplicação integral de uma visão liberal de direito, justiça, democracia e liberdade, algo, aos olhos do resenhista, “impensável” para os anos 40<sup>43</sup>.

Rabello então elogiou o livro, considerando-o de interesse “antes de reconstituição histórica do que de atualização de uma vida”. Ao contrário do autor, o

---

<sup>42</sup> Rabello, Sylvio. “Notas sobre Rui”, *Diário de Pernambuco*, 23/04/1944, p.4.

<sup>43</sup> Rabello, Sylvio. “Notas sobre Rui”, *Diário de Pernambuco*, 23/04/1944, p.4.

resenhista enxergava “muito de biografia e crítica” naquela obra, especialmente na revelação dos aspectos psicológicos de Rui, constituído, em sua avaliação, “muito mais de disciplina e de força de vontade do que de impulsos espontâneos”. Psicólogo de atuação, Rabello finalizou a resenha efetuando uma “análise psicológica” do personagem: um indivíduo que sufocou o temperamento em nome dos “princípios, do dever, da popularidade, da glória”, que gostava do “espetáculo em grande estilo, da imponência dos gestos excepcionais pela ênfase da palavra”, com pendor pelo “imponente, pelo grandioso, pelo monumental”:

É de um interesse psicológico significativo o episódio que o sr. João Mangabeira nos descreve, ele próprio uma testemunha do que ocorrera: Ruy cercado de meia dúzia de correligionários a investir contra uma iminente intervenção federal na política do seu Estado. O velhinho mal saído do seu leito de morte ainda sente forças para pôr-se de pé e levantar a voz (...) de dentro daquela casa da rua Ipiranga, em Petrópolis, vem correndo Dona Maria Augusta horrorizada com aqueles homens que lhe roubavam o marido no egoísmo das suas competições. O que ela não compreendia era certamente que Rui procurasse a morte para cumprir o seu destino<sup>44</sup>.

Os resenhistas debateram aspectos relevantes do livro: se ele se enquadrava no estilo biográfico, se manutenção da estrutura de conferência havia sido acertada ou não, se a representação de apóstolo cabia ou não ao personagem, além de analisar a estrutura psicológica de Rui. Porém, é perceptível que o aspecto central para a esmagadora maioria dos resenhistas era a relação da publicação com o contexto político-ideológico mais amplo que a envolvia. De fato, à exceção de Sylvio Rabello, constatamos uma consagração quase uníssona da obra como um libelo que marcava a volta do liberalismo político ao primeiro plano da cena política brasileira. Em tempos de guerra contra o nazifascismo e de oposição ao Estado Novo, podemos dizer que o livro “Rui, o Estadista da República” desempenhou o papel de panfleto político ou até mesmo de “profissão de fé” capaz de reunir as hostes liberais em torno do resgate do imaginário associado à Rui Barbosa e em defesa dos valores do “direito, da democracia e da liberdade” contra o “arbítrio, a opressão e a ditadura”, como nos

---

<sup>44</sup> Rabello, Sylvio. “Notas sobre Rui”, *Diário de Pernambuco*, 23/04/1944, p.4.

atesta uma carta do advogado Carlos Saboia Bandeira de Mello endereçada a João Mangabeira:

“Foi o que senti quando, em 1943, li o seu “Rui – O Estadista da República”, livro precioso que guardo avaramente na minha modesta biblioteca; no qual estua a sua paixão insopitável pela liberdade; e que, mais do que qualquer outro escrito, contribuiu para a queda do ditador, escrevendo nas almas, com o exemplo de Rui, “o amor ao Direito, à Democracia e à Liberdade; e o ódio à injustiça, à ditadura, e à opressão”. Não compreendi, desde então, como os poderes ditatoriais permitiram a sua publicação. Talvez por pensarem que a alma brasileira estava tão embotada, que nada mais seria possível escrever-se nela. (...) O seu livro foi lido pelo Brasil inteiro. E quando se escrever a história da queda da ditadura brasileira, se há de ver e contar que “Rui – O Estadista da República” foi a clava mais poderosa assestada contra a ditadura”<sup>45</sup>.

A propósito, não é supérfluo observar que tanto a realização da conferência na Casa Rui Barbosa quanto o lançamento do livro podem ser entendidos, em um sentido mais amplo, como expressões político-culturais do mesmo contexto de mobilização de políticos e juristas em defesa da democracia liberal e contra o Estado Novo que levaram ao Manifesto dos Mineiros em outubro de 1943. Aliás, segundo Regina Moreira (2002), o próprio Mangabeira tentou, sem sucesso, articular um “Manifesto dos baianos”, logo abafado pelas autoridades do Estado Novo.

O elevado número de resenhas e críticas produzidas e o peso intelectual daqueles que as escreveram sinalizavam claramente a importância da obra que acabou por se tornar uma referência sobre Rui Barbosa nas páginas da grande imprensa. Nas décadas seguintes, quando havia algum debate, artigo ou coluna em que as opiniões e ações de Rui Barbosa fossem lembradas, frequentemente lá estava uma citação de “Rui, o estadista da República” a servir de base para as afirmações, a ponto de o livro ter sido citado por alguns intelectuais na coluna “O Brasil em Livro” do jornal *O Globo* em resposta à questão de quais seriam “os livros que revelavam o Brasil como povo e como nação”<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> Carta de Carlos de Saboia Bandeira de Mello à João Mangabeira, Rio de Janeiro, 22/09/1959, Arquivo CPDOC-FGV, JMa 1943.10.07.

<sup>46</sup> “O Brasil em Livro”, *O Globo*, 26/09/1958, p.9; “O Brasil em Livro”, *O Globo*, 14/01/1959, p.5.

## 4. Considerações Finais

Pretendemos, com o presente texto, resgatar uma parte da trajetória e da obra do político e jurista baiano João Mangabeira, em especial a ligação que o personagem construiu historicamente com Rui Barbosa, sua memória e seu simbolismo político. Como exposto, Mangabeira foi, além de discípulo do prestigiado liberal baiano, um dos construtores da mitologia política que envolveu o Águia de Haia. Ademais, João Mangabeira se colocou no papel de intérprete do ruísmo, escrevendo uma biografia política de Rui Barbosa que cumpriu um papel político bastante específico na década de 1940: Por meio da rememoração da trajetória republicana de Rui e criação das representações do “estadista” e do “apóstolo”, Mangabeira procurava não somente prestar um tributo ao seu mestre como também reavivar a chama militante do liberalismo político, da democracia liberal e do Estado de Direito - ideias e concepções questionadas e declinantes desde os anos 1930 - na conjuntura de incertezas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, principalmente, durante os anos finais do Estado Novo (1937-1945). Mesmo naqueles tempos marcados por censura e repressão, a obra conseguiu angariar significativa repercussão entre intelectualidade da época, sendo recepcionada positivamente, em especial entre os setores mais próximos ao liberalismo político, e tornando-se objeto de resenhas de distintas figuras ilustres da época que a compreenderam como parte da luta político-intelectual contra o eixo nazifascista e também, de forma mais velada, como um esforço do campo liberal-democrático para se opor à ditadura do Estado Novo.

## Referências

ANJOS, Herbert. *Entre o Liberalismo Político e o Socialismo Democrático: Uma Biografia Política de João Mangabeira (1880-1964)*. Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta. 2024. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

FRANZINI, Fábio. Escrever textos, editar livros, fazer história: a coleção documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1960). *Revista Tempo e Argumento*, v. 05, n. 09, p. 24–45, 31 jun. 2013.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Revista Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, p. 135–162, 2000.

HOLANDA, Cristina Buarque de; CHALOUN, Jorge. *Rui Barbosa em Disputa: A memória política na República de 1946*. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 36, n. 03, p. 99–126, nov. 2017.

MANGABEIRA, João. *Rui Barbosa: Discursos e Conferências*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958. MANGABEIRA, J. *Rui: o estadista da República*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

MOREIRA, Regina. João Mangabeira. Em: ABREU, Alzira Alves de; et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2002. p. 1–16.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. *A Rainha Destronada - Discursos das elites sobre as Grandezas e os Infortúnios da Bahia nas Primeiras Décadas Republicanas*. São Paulo: PUC-SP, 2005.

SCARPELINE, Rosaelena. *Lugar de Morada Como Lugar de Memória: a construção de uma casa museu, a Casa de Rui Barbosa - RJ*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Rui Barbosa: mito, memória e esquecimento. *Diálogos*, v. 16, n. 3, 27 nov. 2012.

## Fontes

Arquivos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:

<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Correio da Manhã

Diário Carioca

Diário de Notícias (RJ)

Diário de Pernambuco

Última Hora (RJ)

Acervo do Jornal o Estado de São Paulo

<https://acervo.estadao.com.br/>

O Estado de São Paulo

Acervo do Jornal o Globo

<https://acervo.oglobo.globo.com/>

O Globo

